

Além dos padrões técnicos e das jornadas homologadas, o sistema depende da compreensão de consumidores, corretores, seguradoras e desenvolvedores sobre o que a circulação consentida de dados torna possível



Imagem Magnific; Foto: Genival de Souza e Silva

Por **Genival Silva**

Estrategista e educador do mercado de seguros, com mais de 30 anos de atuação no setor. É Coordenador Titular do Grupo Técnico de Comunicação da Estrutura de Governança do Open Insurance Brasil.

Quase toda conversa sobre Open Insurance se organiza por um cronograma: o que já foi implementado, o que está em desenvolvimento e quais etapas deverão ser concluídas a seguir.

É uma forma necessária de acompanhar a evolução do sistema. Uma estrutura dessa dimensão depende de padrões, APIs, jornadas, segurança, governança e capacidade de integração entre diferentes participantes. Sem essa base, não há compartilhamento organizado de dados nem condições para o desenvolvimento de novos serviços.

À medida que a infraestrutura tecnológica amadurece, entretanto, outra dimensão começa a ganhar centralidade: a capacidade de transformar o que foi construído em compreensão e aplicabilidade para o mercado.

O Open Insurance não depende apenas de uma infraestrutura técnica. Depende também de uma infraestrutura de compreensão.

A primeira permite que os dados circulem de maneira segura e padronizada. A segunda permite que consumidores, corretores, seguradoras e desenvolvedores compreendam o que essa circulação torna possível e quais decisões podem ser tomadas a partir dela.

Não se trata apenas de comunicar melhor uma estrutura tecnológica. Trata-se de aproximar essa estrutura das situações concretas em que ela será utilizada.

O compartilhamento de dados no Open Insurance depende da autorização do consumidor. Essa autorização, no entanto, não deveria ser compreendida apenas como uma etapa formal de uma jornada digital.

Para decidir, o consumidor precisa saber quais dados serão compartilhados, com qual finalidade, durante quanto tempo e de que maneira poderá revogar sua autorização. Também precisa compreender o que poderá receber em troca dessa decisão: serviços mais adequados, experiências mais simples, ofertas mais contextualizadas ou novas formas de organizar sua relação com o mercado de seguros.

O valor não está no compartilhamento isoladamente. Está no que pode ser construído a partir dele.

Essa compreensão não será igual para todos os participantes do ecossistema.

O cidadão não precisa dominar arquitetura de dados, APIs ou protocolos de segurança. Precisa reconhecer como o Open Insurance pode interferir em sua experiência: na contratação, na comparação de alternativas, na gestão de seus seguros e no acesso a produtos mais adequados ao seu contexto.

Para o desenvolvedor, a necessidade é outra. O avanço do sistema precisa ser convertido em documentação, especificações, ambientes de teste e condições objetivas de implementação. Nesse público, comunicação significa precisão técnica.

Para o corretor de seguros, a discussão passa pela aplicabilidade comercial e pela reconfiguração de sua mediação.

Quando o cliente passa a poder autorizar a circulação de seus dados entre diferentes participantes, o valor da intermediação tende a se deslocar. A posse histórica da informação perde parte de sua centralidade, enquanto ganham relevância a capacidade de interpretar dados, contextualizar necessidades, orientar escolhas e construir uma visão mais ampla de proteção.

Isso não reduz o papel do corretor. Torna mais visível aquilo que efetivamente diferencia sua atuação.

A informação pode circular. A leitura continua exigindo competência.

Para as seguradoras, o Open Insurance também começa a ultrapassar o campo predominantemente regulatório e tecnológico. A discussão passa a envolver estratégia de produtos, distribuição, experiência do cliente, parcerias e posicionamento competitivo.

Cada organização precisará decidir como pretende participar desse ecossistema: apenas atendendo aos requisitos necessários ou transformando a infraestrutura disponível em novas propostas de valor.

Nesse sentido, o avanço do Open Insurance não será determinado exclusivamente pelo número de integrações concluídas ou pela disponibilidade de novas jornadas. Ele também será influenciado pela capacidade dos participantes de reconhecer aplicações concretas para o sistema.

Essa é uma mudança importante porque tecnologias estruturantes raramente produzem transformação apenas por estarem disponíveis.

Entre a existência de uma infraestrutura e sua incorporação pelo mercado existe uma travessia: a formação de repertório, a experimentação de novos modelos, a construção de confiança e a identificação de

usos que façam sentido para diferentes públicos.

No Open Insurance, essa travessia exigirá linguagens distintas. O consumidor precisa de clareza; o desenvolvedor, de especificação; o corretor, de aplicabilidade; e a seguradora, de leitura estratégica.

Não existe uma única mensagem capaz de responder adequadamente a todas essas necessidades. Existem diferentes decisões sendo tomadas dentro do mesmo ecossistema.

Por isso, a comunicação não deve aparecer apenas ao final do processo, como uma forma de divulgar o que já foi construído. Ela precisa acompanhar a evolução do sistema, traduzindo possibilidades, esclarecendo escolhas e aproximando a infraestrutura da realidade de quem deverá utilizá-la.

Esse movimento não representa uma correção de rota. Representa o amadurecimento natural de uma transformação que começou pela construção das condições técnicas e passa, progressivamente, a alcançar as decisões do mercado.

Uma API pode ser disponibilizada, uma jornada pode ser homologada e uma nova fase pode ser concluída. A compreensão funciona de outra maneira.

Ela se forma à medida que consumidores, corretores, seguradoras e desenvolvedores reconhecem o que podem fazer de diferente com a infraestrutura disponível.

O Open Insurance se torna tecnicamente possível quando os dados podem circular.

Ele começa a produzir valor quando essa circulação se transforma em aplicabilidade.

As opiniões expressas neste artigo são de responsabilidade do autor e não representam, necessariamente, posição da Estrutura de Governança do Open Insurance Brasil ou da SUSEP.

Fonte: Genival Silva/Ruco Assessoria e Comunicação, em 05.08.2026.